

PLENA SAÚDE LTDA

*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2022 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1 – 5
Balancos patrimoniais	6 – 7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12 – 35

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da

PLENA SAÚDE LTDA

São Paulo - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da PLENA SAÚDE LTDA., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PLENA SAÚDE LTDA., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião com ressalvas

Ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2022 apresenta saldo líquido de R\$ 74.716.775.

A Plena Saúde não possui controle analítico com descrição por bem, valor de aquisição, data da aquisição, depreciação acumulada, localização e identificação por chapeamento / código de barras. Conforme a administração, frente de trabalho está sendo monitorado para recomposição, implantação e elaboração dos controles, etiquetando e conferido em todas as unidades os ativos imobilizados.

Regulação junto a ANS da incorporação

Conforme nota explicativa 29, ocorreu incorporação do Hospital Previna na Plena Saúde Ltda. Porém, em 09 de janeiro de 2023, a Agência Nacional de Saúde Suplementar através dos Ofício nº: 5/2023/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE, informou a Plena Saúde sobre a incorporação do ente não regulado Hospital Previna Ltda, ato que dependia de prévia autorização da ANS, devendo ocorrer no âmbito do processo administrativo nº 33910.000053/2023-11 a comprovação da reversão ou a apresentação de pedido de regularização desse ato. Foi solicitado a apresentação da documentação da reversão da incorporação sem autorização da ANS. Em 31 de janeiro de 2023 a Plena Saúde protocolou junto a ANS, resposta a esse Ofício 5/2023, manifestando e requerendo formalmente a autorização da incorporação do Hospital Previna Ltda. A ANS respondeu por meio da NTAEF 45/2023, que o referido documento foi recepcionado, de acordo com documento SEI 25751507.

Incorporação do Hospital Previna

Conforme nota explicativa 29, os sócios aprovaram operação de Incorporação do HOSPITAL PREVINA LTDA pela PLENA SAÚDE LTDA " ("Protocolo e Justificação"), elaborado pelo administrador das sociedades em 1º de setembro de 2022. Anteriormente o Hospital Previna Ltda era controlada da Plena Saúde Ltda., e seu investimento era reconhecido nas demonstrações financeiras como investimento societário. Até 31 de dezembro de 2021, o investimento societário do Hospital Previna representava o saldo de R\$ 10.846.786, e os saldos incorporados estão demonstrados na nota explicativa 11. As demonstrações financeiras do Hospital Previna Ltda., não foram por nós examinadas, portanto, não foi possível avaliar as bases do investimento societário, o resultado de equivalência patrimonial contabilizada ao resultado de R\$ 8.500.000, e o saldo total incorporado de R\$ 40.300.311.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Posição da suficiência dos ativos garantidores das provisões técnicas

Conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a Operadora deve apresentar posições financeiras garantidoras das provisões técnicas. No período findo em 31 de dezembro de 2022, a Operadora apresentou insuficiência de ativos garantidores de R\$ 6.784.522.

Posição de suficiência para o Patrimônio Líquido Ajustado e Margem de Solvência

Conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a Operadora deve apresentar posições econômicas de suficiência para o Patrimônio Líquido Ajustado e Margem de Solvência. No período findo em 31 de dezembro de 2022, a Operadora apresentou insuficiência de margem de solvência de R\$ 511.148 e suficiência de Capital Baseado em Risco de R\$ 6.517.637.

Aumento de capital:

No período de 2022, ocorreu aumento de capital no montante de R\$ 20.884.568. Esse capital é composto por: moeda corrente de R\$ 7.818.000, reserva de capital de R\$ 4.966.568 e bens imobilizado de R\$ 8.100.000. Referente ao capital de Bens imobilizado, a administração apresentou a 25ª alteração do contrato social registrado pelo Junta Comercial de São Paulo, e seu anexo I referente à composição dos bens de R\$ 8.100.000.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a

auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023.

PLENA SAÚDE LTDA

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em reais – R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota Explicativa	2022	2021
CIRCULANTE		30.228.075	32.668.361
Disponível	4	297.778	1.044.913
Realizável		29.930.297	31.623.448
Aplicações financeiras		10.087.853	19.347.007
Aplicações garantidoras a provisões técnicas	5	9.663.748	8.695.811
Aplicações livres	6	424.105	10.651.196
Créditos de Operações com Planos de Saúde		1.710.727	1.262.153
Contraprestação pecuniária a receber	7	1.710.727	1.262.153
Créd. De Oper. Não Rel. com Planos de Saúde		1.688.729	1.889.503
Créditos a receber de prest. De serviços hosp..		1.688.729	1.889.503
Créditos tributários e previdenciários	8	423.055	1.353.624
Bens e títulos a receber	9	15.977.961	7.755.118
Despesas Antecipadas		41.972	16.044
NÃO CIRCULANTE		86.785.180	49.011.083
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais e fiscais	10	5.940.011	4.294.799
Créditos tributários e diferidos		5.791.667	1.136.024
Títulos e créditos a receber		39.727	-
Investimentos	11	-	10.846.786
Imobilizado	12	74.716.775	32.733.474
Imóveis			
Imóveis de uso próprio		20.626.376	1.026.170
Imobilizado de uso próprio			
Imobilizado – não hospitalares		8.568.831	8.764.142
Imobilizado – hospitalares		45.521.568	22.943.162
Intangível	13	297.000	-
TOTAL DO ATIVO		117.013.255	81.679.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLENA SAÚDE LTDA

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em reais – R\$)

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota Explicativa	2022	2021
CIRCULANTE		50.414.074	37.913.796
Provisões técnicas de oper. de assist. à saúde	14	20.932.444	16.192.377
Provisão de Prem. Contr. Não Ganhas PPCNG		4.484.174	3.809.089
Provisão de Eventos a Liquidar SUS		3.404.167	1.908.364
Provisão de Eventos a Liquidar Demais Prestad.		4.008.665	3.362.117
Provisão de Event. Ocor. Não Avisados PEONA		9.035.438	7.112.807
Débitos de operações de assist. à saúde		47.259	204.503
Tributos e encargos sociais a recolher	15	8.286.388	6.156.434
Provisão para ações judiciais	17	223.500	44.349
Provisão para ações judic. Tributárias		-	-
Provisão para ações judic. Cíveis		193.500	44.349
Provisão para ações judic. Trabalhistas		30.000	-
Débitos diversos		10.248.011	10.640.338
Outros débitos não relacionados com planos		1.493.723	1.047.301
Empréstimos	16	9.182.749	3.628.494
NÃO CIRCULANTE		30.031.571	13.945.424
Provisões técnicas de oper. de assist. à saúde	14.1	4.076.429	3.857.281
Provisão para ações judiciais	17	1.770.750	619.458
Provisão para ações judic. Tributárias		-	-
Provisão para ações judic. Cíveis		1.409.876	490.647
Provisão para ações judic. Trabalhistas		360.874	128.811
Empréstimos	16	6.420.277	9.468.685
Tributos e encargos a sociais a recolher	15	17.339.115	-
Débitos diversos		425.000	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		36.567.610	29.820.224
Capital social	18.1	36.909.320	16.024.752
Reserva de capital		470.000	4.966.568
lucros (prejuízos) acumulados		(811.710)	8.828.904
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		117.013.255	81.679.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLENA SAÚDE LTDA

Demonstrações do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em reais – R\$)

	Nota	2022	2021
	Explicativa		
Contraprestações efetivas de Plano de Assistência à Saúde		199.848.925	160.784.317
Receitas com Operações de Assistência à Saúde			
Contraprestações Líquidas	19	206.320.793	167.121.301
(-) Tributos diretos de Oper. com Planos de Assist. à Saúde		(6.471.868)	(6.336.984)
Eventos Indenizáveis Líquidos		(166.823.469)	(117.876.861)
Eventos Conhecidos ou Avisados	14.4 e 20	(164.900.837)	(114.420.805)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(1.922.632)	(3.456.056)
RESULTADO DAS OPER. - PLANOS DE ASSIST. À SAÚDE		33.025.456	42.907.456
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assist. à Saúde		3.368.150	696.802
Receitas de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos		15.351.895	8.492.816
Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(1.148.469)	(616.642)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assist. à Saúde		(2.654.122)	(1.950.293)
Outras Despesas Oper. De Assit. À Saúde Não Rel. Plan. Saúde		(32.597.402)	(11.232.291)
RESULTADO BRUTO		15.345.508	38.297.850
Despesas de Comercialização		(11.191.047)	(9.551.314)
Despesas Administrativas	21	(26.818.648)	(30.366.296)
Resultado Financeiro Líquido		(1.399.604)	(458.540)
Receitas Financeiras	23	5.207.192	2.849.594
Despesas Financeiras	23	(6.606.796)	(3.308.134)
Resultado Patrimonial		8.500.000	869.096
Receitas Patrimoniais	11	8.500.000	869.096
Despesas Patrimoniais			
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(15.563.790)	(1.209.205)
Imposto de Renda e Contribuição Social	24a	-	(618.421)
Imposto de Renda		-	(451.545)
Contribuição Social		-	(166.876)
Impostos Diferidos	24b	-	-
RESULTADO LÍQUIDO		(15.563.790)	(1.827.626)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLENA SAÚDE LTDA

Demonstrações do Resultado Abrangente
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em reais – R\$)

	2022	2021
Lucro (prejuízo) Líquido do exercício	<u>(15.563.790)</u>	<u>(1.827.626)</u>
Ajustes patrimoniais	5.923.176	796.388
Resultado abrangente	<u>(9.640.614)</u>	<u>(1.031.238)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLENA SAÚDE LTDA

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em reais – R\$)

	Capital Social	Reserva de capital	Adiant. Futuro Aum. Capital	Reserva de Lucros	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	15.348.752	-	-	9.860.142	25.208.894
Resultado líquido				(1.827.626)	(1.827.626)
Aumento de capital	676.000	4.966.568			5.642.568
Ajustes patrimoniais				796.388	796.388
Efeitos da mudança de critérios contábeis				631.727	631.727
Retificação de erros de exercícios anteriores				164.661	164.661
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	16.024.752	4.966.568	-	8.828.904	29.820.224
Resultado líquido				(15.563.790)	(15.563.790)
Aumento de capital	15.918.000				15.918.000
Aumento capital por reservas	4.966.568	(4.966.568)			-
Adiantamento futuro aumento capital			470.000		470.000
Ajustes patrimoniais				5.923.176	5.923.176
Efeitos da mudança de critérios contábeis				5.853.093	5.853.093
Retificação de erros de exercícios anteriores				70.083	70.083
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	36.909.320	-	470.000	(811.710)	36.567.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLENA SAÚDE LTDA

Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC **Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021** **(Valores expressos em reais – R\$)**

	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimentos de plano de saúde	201.934.217	163.454.804
(+) Resgate de aplicações financeiras	994.178	4.463.493
(+) Recebimentos de juros de aplicação financeira	2.879.966	441.245
(+) Outros recebimentos operacionais	21.190.245	6.847.355
(-) Pagamentos a fornecedores/prestadores de serv. a saúde	(109.574.179)	(102.114.359)
(-) Pagamentos de comissões	(11.191.046)	(9.551.314)
(-) Pagamentos de pessoal	(54.703.467)	(16.312.239)
(-) Pagamentos de pró-labore	(45.362)	(12.540)
(-) Pagamentos de serviços de terceiros	(2.335.452)	(2.555.401)
(-) Pagamentos de tributos	(16.014.522)	(15.944.677)
(-) Pagamentos de processos judiciais (cíveis/trab./fiscais)	(802.139)	(826.971)
(-) Pagamentos de aluguel	(11.488.280)	(1.704.027)
(-) Pagamentos de promoção/publicidade	(1.497.823)	(1.461.627)
(-) Aplicações financeiras	(2.806.971)	(4.742.972)
(-) Outros pagamentos operacionais	(14.379.883)	(9.847.601)
Caixa líquido das atividades operacionais	2.159.482	10.133.169
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imob. – Outros	(14.234.389)	(19.683.104)
(-) Pagamentos de Aquisição de Participação em outras empr.	-	(2.539.531)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(14.234.389)	(22.222.635)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
(+) Integralização do capital em dinheiro	16.784.568	676.000
(-) Pagamento de juros e encargos s/ empréstimos	(6.682.016)	(928.239)
(+) Empréstimos Captados	1.225.220	11.874.280
Caixa líquido das atividades de financiamento	11.327.772	11.622.041
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(747.135)	(467.425)
Caixa - Saldo Inicial	1.044.913	1.512.338
Caixa – Saldo Final	297.778	1.044.913
Ativos Livres no Início do Período	10.651.196	10.919.591
Ativos Livres no Final do Período	424.105	10.651.196
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. – Recursos Livres	(10.227.091)	(268.395)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PLENA SAÚDE LTDA

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em reais – R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sede da Sociedade tem como objetivo social:

A PLENA SAÚDE LTDA., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo e tem como objeto social a Operação de Planos Privados de Assistência à Saúde, de forma exclusiva, em observância ao artigo 34 da Lei nº. 9.656/98, classificada como medicina de grupo de atenção médico-hospitalar.

Está registrada como Operadora de Planos de Saúde na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 34.883-0 e classificada na ANS como Operadora de porte grande por possuir mais de 100.000 beneficiários.

As atividades da Operadora estão concentradas na sua matriz localizada na cidade de São Paulo e em suas filiais localizadas do Estado de São Paulo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Operadora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Operadora revisa suas estimativas e premissas pelo menos a cada encerramento de exercício.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Foram adotadas as seguintes principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras:

a) Reconhecimentos das contraprestações e eventos indenizáveis líquidos

O resultado das operações (receitas e custos) são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, observando o seguinte:

- **Contraprestações pecuniárias (receitas):** são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. As Contraprestações líquidas compõem-se das contraprestações deduzidas da variação da provisão técnica e reconhecidas de forma “pro-rata” dia atreladas ao reconhecimento do Passivo Circulante PPCNG-Provisão para Prêmios ou Contribuições Não Ganhas, conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- **Eventos indenizáveis líquidos (custos):** são os serviços prestados pelos profissionais, por hospitais e clínicas conveniadas e são reconhecidas pelo regime de competência, quando do recebimento e análise das notificações da ocorrência dos eventos cobertos (data do aviso), juntamente com a constituição da PEONA - Provisão para Eventos/ Sinistros Ocorridos e Não Avisados.

b) Moeda Funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Operadora atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$).

c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras não vinculadas a provisões técnicas

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

d) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas

Essas aplicações financeiras estão vinculadas a ativos garantidores e tem como objetivo o lastro do total das provisões técnicas, e do excedente da dependência operacional, mediante sua vinculação à ANS - Agência Nacional da Saúde Suplementar. As aplicações financeiras estão classificadas no ativo circulante por possuírem prazo mínimo de 180 dias para resgate, contados da data da aplicação e fora do grupo “Caixa e equivalentes de caixa”, por não possuírem previsão de resgate imediato, sem risco significativo de mudança de valor.

e) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos, em contrapartida à conta de resultado de Contraprestações efetivas (receitas) de operações de assistência à saúde para os planos médico-hospitalares. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída com base nos valores vencidos há mais de 60 dias (pessoa física) e mais de 90 dias (pessoa jurídica), em função dos créditos em aberto por natureza de beneficiário. A Administração da Operadora revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-lo à evolução de inadimplência de sua carteira.

f) Investimentos

O investimento societário é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da investida.

g) Ativos imobilizados

Registrados ao custo de aquisição, formação, adicionados dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante desenvolvimento de projetos. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11, que se aproximam da vida útil econômica dos ativos. O item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

h) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de produtos, são reconhecidos no resultado do exercício em que surgiram. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

i) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) / IAS 36, é efetuada a análise anual do valor de recuperação dos ativos, com a finalidade de: **(i)** verificar se há indicativo de perda por redução ao valor de recuperação de ativos; e **(ii)** medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de complementar ou reverter provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação de ativos.

Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2022.

j) Eventos a liquidar com operações de assistência à saúde

Os eventos a liquidar com operação de assistência à saúde, são registrados no passivo com base no efetivo recebimento das faturas de prestadores de serviços. Também estão incluídos nesta rubrica, outros custos de pessoal e de outras despesas, inclusive parcela destinada à cobertura de valores a pagar por eventos ocorridos até a data do balanço patrimonial.

k) Provisão de contraprestação não ganha – PPCNG

Contraprestação Não Ganha apura a parcela de prêmios ou contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura do risco assistencial dos contratos com modalidade de pré-pagamento.

l) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Operadora e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Operadora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, os encargos e variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação são prováveis que ocorram nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m) Empréstimos e financiamentos

São atualizados até a data do balanço pelo indexador determinado em cada contrato. A variação monetária, os juros e os demais encargos são apropriados em despesas financeiras dentro do período de competência.

n) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

o) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Operadora são classificados sob as seguintes categorias: **(1)** Ativos financeiros ao valor justos por meio do resultado; **(2)** Ativos financeiros mantidos até o vencimento; e **(3)** Empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

(1) Ativos financeiros-ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem numerário em caixa, Saldos positivos em conta movimento e as Aplicações financeiras com liquidez imediata.

(2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem especificamente as Aplicações Financeiras Garantidoras a Provisões Técnicas, as quais são: (i) Classificadas desde a data aplicação e a data do resgate no vencimento e (ii) Mensuradas ao custo de aquisição amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

(3) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

Passivos Financeiros

Representados por empréstimos e financiamentos bancários, apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstrações financeiras. Esses passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

Em 31 de dezembro de 2022, a Operadora não possuía nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

p) Principais julgamentos e estimativas contábeis

A Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou, também, em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

q) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14.1, a Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA) retrata garantia de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente. Foi calculada através do resultado do teste de consistência e conforme parecer emitido pelo Atuário responsável pela nota técnica.

r) Provisão passiva para ações judiciais

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

s) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na Nota Explicativa nº 7.

t) Vida útil dos bens dos ativos imobilizados e intangíveis

A Operadora revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAXA

	2022	2021
Caixa e Bancos	297.778	1.044.913
Total	297.778	1.044.913

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS GARANTIDORAS A PROVISÕES TÉCNICAS

	2022	2021
Aplicações garantidoras a provisões técnicas	9.663.748	8.695.811
Total	9.663.748	8.695.811

As garantias financeiras são um conjunto de exigências a serem observadas pelas operadoras de planos de saúde, para manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, minimizando os riscos de insolvência. As regras preveem a observância de Recursos Próprios Mínimos, Dependência Operacional e constituição de Provisões Técnicas.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIVRES

	2022	2021
Aplicações em renda fixa CDB/CDI e Fundos de Invest.	424.105	10.651.196
Total	424.105	10.651.196

Fundo de investimentos: Os valores das cotas de fundos de investimentos são apurados com base nos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Certificados de depósito interbancário: São representados por títulos de emissão das instituições financeiras, que lastreiam as operações do mercado interbancário.

7. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA A RECEBER

	2022	2021
Planos coletivos – pessoa jurídica	820.486	517.679
Planos individual/familiar – pessoa física	1.903.152	1.264.990
(-) Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	(1.012.911)	(520.516)
Total	1.710.727	1.262.153

A composição das contas a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	2022	2021
A vencer		
Vencido até 30 dias	1.255.050	1.122.014
Vencido de 31 a 60 dias	435.884	131.686
Vencido de 61 a 90 dias	159.316	14.489
Vencido há mais de 90 dias	873.388	514.480
Total	<u>2.723.638</u>	<u>1.782.669</u>

Provisão Para Perdas Sobre Créditos (PPSC), é constituída pelas faturas de beneficiários pessoa física em atraso há mais de 60 dias, e faturas de beneficiários pessoa jurídica em atraso há mais de 90 dias.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os saldos são compostos por Imposto de Renda e Contribuição Social retidas sobre prestação de serviços, sobre aplicações financeiras e pagamentos antecipados.

	2022	2021
IRPJ – Imposto de renda da pessoa jurídica	388.496	755.916
CSLL – Contribuição social sobre o lucro	-	236.362
Outros impostos e contribuições	34.559	361.346
Total	<u>423.055</u>	<u>1.353.624</u>

9. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2022	2021
Adiantamentos diversos	1.177.641	7.246.235
Unicard – Garantia de empréstimos	11.387.848	-
Outros títulos a receber	1.350.262	508.883
Estoques	2.062.210	-
Total	<u>15.977.961</u>	<u>7.775.118</u>

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Substancialmente, os depósitos judiciais foram realizados para fins de questionamentos por conta de cobranças efetuados pelo SUS (Sistema Único da Saúde), sendo que tais processos se encontram em andamento e não foram julgados ou transitados. Os valores em garantia vêm sendo atualizados pelo indicador de poupança TR (Taxa Referencial). A Operadora mantém provisionado no passivo circulante e não circulante a totalidade dos eventos conhecidos relacionados ao SUS, conforme nota explicativa nº 14.1.

11. INVESTIMENTOS

Composição do investimento societário do Hospital Previna Ltda.:

	2022	2021
Capital social	46.247.850	26.147.850
Patrimônio líquido	38.801.248	38.606.204
Percentual de participação	100%	100%
Lucro líquido do período	8.329.462	869.096
Saldo do patrimônio líquido	47.130.708	38.579.205

Movimentação do investimento societário do Hospital Previna Ltda.:

	2022	2021
Saldo inicial	10.846.786	7.438.159
Valor patrimonial contábil adquirido	40.300.311	2.539.531
Equivalência patrimonial	8.500.000	869.096
Baixa por incorporação	(59.647.097)	-
Saldo final	-	10.846.786

12. IMOBILIZADO

			2022	2021	
	Taxa anual deprec.	Custo de Aquisição	Depreciação Impairment Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Edificações	4%	27.347.635	(6.721.258)	20.626.377	1.026.170
Instalações	10%	913.994	(65.444)	848.550	768.131
Máquinas e equipamentos	10%	40.956.152	(5.965.089)	34.991.063	16.460.306
Equipamentos de informática	20%	4.551.271	(2.896.579)	1.654.692	2.183.142
Móveis e utensílios	10%	6.592.259	(2.102.819)	4.489.440	2.321.029
Veículos	20%	1.152.212	(604.790)	547.422	333.993
Benfeitorias	10%	12.707.272	(1.148.040)	11.559.232	9.640.704
Total		94.220.795	(19.504.019)	74.716.776	32.733.474

Considerando as características e valores dos grupos de ativos, contabilizados na rubrica do imobilizado, a Operadora procedeu à análise do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado.

Movimentação do imobilizado

	2022	2021
Saldo inicial	32.733.474	12.670.828
(+) adições	56.469.003	23.122.378
(-) baixas	(71.708)	(1.464.467)
(-) depreciações	(14.413.994)	(1.595.265)
(+) ajuste a valor justo		-
Saldo	74.716.776	32.733.474

13. INTANGÍVEL

		2022		2021	
	Taxa anual amort.	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Intangível Líquido	Intangível Líquido
Sistema de informação	20%	330.000	(33.000)	297.000	-
Total		330.000	(33.000)	297.000	-

Movimentação do intangível

	2022	2021
Saldo inicial	-	42.199
(+) adições	330.000	-
(-) baixas	-	-
(-) amortizações	(33.000)	(42.199)
Saldo	297.000	-

14. PROVISÕES TÉCNICAS E EVENTOS DE OP. DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

14.1. Provisões técnicas

	2022	2021
Provisões Técnicas		
Provisão para contraprestações emitidas e ã ganhas – PPCNG (i)	4.484.174	3.809.089
Provisão de eventos e sinistros a liquidar – SUS (ii)	3.404.168	1.908.365
Provisão de eventos e sinistros a liquidar – REDE CREDENCIADA (iii)	4.008.664	3.362.117
Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA (iv)	9.035.438	7.112.807
Total de provisões técnicas – passivo circulante	20.932.444	16.192.377
	2022	2021
Provisões Técnicas		
Provisão de eventos e sinistros a liquidar – SUS (ii)	4.076.429	3.857.281
Total de provisões técnicas – passivo não circulante	4.076.429	3.857.281

(i) Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG: Conforme normas da ANS, referem-se as contraprestações provenientes das operações de plano privados de assistência à saúde que são contempladas as parcelas da (PPCNG) de forma “pró-rata-die” e são apuradas as parcelas de prêmios ou contribuições não ganhas, em contrapartida as receitas de contraprestações são reconhecidas no período de vigência contratual.

(ii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS – o ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998 e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde, no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos. Sua composição é a seguinte:

Data Base	Classificado	ABI x % hc	Débitos Pendentes	Débitos Parcelados	TOTAL
Dez/2022	Passivo circ.	1.105.943	1.161.731	1.136.494	3.404.168
Dez/2022	Pas. não circ.		4.076.429		4.076.429
Dez/2021	Passivo Circ.	1.318.282	-	590.082	1.908.365
Dez/2021	Pas. não Circ.	-	3.857.281	-	3.857.281

(iii) Provisão de Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde – representa os eventos indenizáveis decorrente de contas médicas ou de avisos de prestações de serviços apresentados à Operadora.

(iv) Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA

Estimada para o pagamento dos eventos que já tenham ocorrido, mas que ainda não são de conhecimento da operadora na data do Balanço. A Operadora reconhece essa provisão através do resultado do teste de consistência e conforme parecer emitido pelo atuário responsável pela nota técnica.

14.2. Ativos garantidores (vinculados e lastreados às provisões técnicas e operações médico-hospitalares)

	2022	2021
Ativos garantidores vinculados		
(+) Aplicações financeiras garantidoras	9.663.748	8.695.811
(+) Aplicações financeiras livres c/Lastro PESL	-	-
(+) Depósitos judiciais (i)	4.076.429	3.857.281
(=) Total ativos garantidores	13.740.177	12.553.093
(-) Provisão prêmios/contraprestações não ganhas	-	-
(-) Provisões técnicas (PEONA)	(9.035.438)	(7.112.807)
(-) Ressarcimento SUS – ABI	(1.105.943)	(1.318.282)
(-) Ressarcimento SUS – débitos parcelados	(1.136.494)	(590.082)
(-) Ressarcimento SUS – débitos pendentes	(5.238.160)	(3.857.281)
(-) PESL - (<=30/60dias)	(4.008.665)	(3.362.117)

(=) Total das provisões técnicas	(20.524.700)	(16.240.569)
(=) Suficiência (insuficiência) dos ativos garantidores	(6.784.522)	(3.687.477)
(=) Suficiência dos ativos em %	(33,06%)	(22,71%)

(i) Depósitos judiciais ao SUS: Em 2022 a Operadora manteve os depósitos judiciais, estão representados no valor originário e foram efetuados para garantia em juízo de ações de execuções promovidas pelo órgão regulador. Conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, podem ser deduzidos do cálculo da necessidade de ativos garantidores, os depósitos judiciais referentes a eventos/sinistros contabilizados e ainda não pagos.

14.3. PMA – Patrimônio líquido ajustado e Margem de solvência

Conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a Operadora procedeu ao cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado, considerando a Região de atuação, classificação e segmentação.

Patrimônio líquido ajustado	2022	2021
Região de atuação = 4		
Medicina de grupo/SPP		
Segmento:		
Fator K utilizado (a)	4,98%	25,81%
Base 2022 Fator K * R\$ 10.883.087 (base 2021 = R\$ 9.726.595)	541.977	2.510.434
Patrimônio a ser comparado com patrim. o mínimo ajustado		
(+) Patrimônio líquido	36.567.610	29.820.224
(+) Passivos exigíveis a longo prazo decorrente de renegociação de tributos federais, estaduais e municipais, devidamente formalizados e pactuados com o ente credor.	-	-
(-) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social.	(5.791.667)	(1.136.024)
(+) Passivo tributário classificados no passivo não circulante	-	-
(-) Despesas antecipadas	(41.972)	(16.044)
(-) Ativo intangível	(297.000)	-
(=) Patrimônio apurado para PMA e MS	30.436.971	28.668.156
Suficiência sobre o Patrimônio Líquido Ajustado – PMA	29.894.993	26.157.722

(a) O fator “K” é definido pelo enquadramento da Operadora. A Plena Saúde está enquadrada no segmento SPP.

O Patrimônio Líquido Ajustado da Operadora é superior ao mínimo exigido.

	2022	2021
Margem de solvência		
Contraprestações - preço pré-estabelecido - últimos 12 meses	206.320.793	167.121.301
Eventos indenizáveis líquidos - preço pré-estabelecido média anual últimos 36 meses	118.327.343	92.630.324
Valor I - 20% das Contraprestações líquidas	41.264.159	33.424.260
Valor II - 33% dos Eventos indenizáveis líquidos	39.048.023	30.568.007
Margem de solvência apurada	41.264.159	33.424.260
Margem de solvência exigida	30.948.119	25.068.195
PMA – Patrimônio Mínimo Ajustado	30.436.971	28.668.156
Suficiência (Insuficiência) da margem de solvência	(511.148)	3.599.961

14.4. Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido – carteira de planos / familiares pós Lei 9.656/1998

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos de Assistência Médico-Hospitalar, em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01/2013, referente aos planos firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

	Consultas Médicas	Exames	Terapias	Internações	Outros Atend.	Total
2022 Rede contratadas	64.063.686	30.608.495	19.621.177	43.956.280	6.651.199	164.900.837
2021 Rede contratadas	45.301.530	20.995.191	14.075.456	26.696.149	7.352.479	114.420.805

15. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2022	2021
Impostos e contribuições		
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	-	2.364.652
CSL - Contribuição social sobre o lucro	-	441.917
ISS - Imposto sobre serviços	845.267	404.159
INSS - Contribuição previdenciária	2.635.481	941.867
FGTS - Fundo de garantia	377.298	326.512
COFINS e PIS	603.898	651.616
Parcelamentos de tributos	19.876.860	-
Outros impostos e contribuições	-	3.644
Total	24.338.804	5.134.366

Impostos e contribuições retidos na fonte

IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte de Funcionários	416.437	95.723
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte de Terceiros	317.644	157.294
ISS - Imposto sobre serviços Retido na Fonte	9.517	59.081
INSS - Contribuição Previdenciária Retido na Fonte	1.807	11.862
CSRF - Contribuições Retida na Fonte	541.294	698.108
Total	1.286.699	1.022.067
Total de Tributos e Encargos Sociais a Recolher	25.625.503	6.156.434
Passivo circulante	8.286.388	6.156.434
Passivo não circulante	17.339.115	-

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Capital de giro – conta garantida

Instituição	Tipo	Encargos Financeiros	Saldos dos Empréstimos	
			31/12/22	31/12/21
Bradesco	Conta garantida		1.797.130	999.042
Safra	Conta garantida		511.717	987.002
Aymoré Santander	Financiamento	3,10% a.a.	1.735.412	2.436.967
Unicred 2021190160	Financiamento	4,44% a.a.	129.620	190.902
Unicred 2021210255	Financiamento	4,44% a.a.	-	261.420
Unicred 2021210321	Financiamento	4,44% a.a.	1.715.524	1.688.005
Unicred 2021210963	Financiamento	5,28% a.a.	72.967	112,767
Unicred 2021210054	Financiamento	4,68% a.a.	186.728	225.361
Unicred 2021211088	Financiamento	9,84% a.a.	62.848	73.522
Unicred 2021211089	Financiamento	4,68% a.a.	69.208	106.958
Unicred 2021211189	Financiamento	5,28% a.a.	810.225	900.225
Unicred 2021211201	Financiamento	9,72% a.a.	118.309	115.008
Unicred 2022250127	Financiamento	5,28% a.a.	3.159.466	-
Santander	Empréstimo		-	5.000.000
Santander	Conta garantida		2.924.594	-
Caixa	Conta garantida		499.670	-
Caixa	Financiamento	5,76% a.a.	123.861	-
Itaú	Conta garantida		1.500.000	-
Sicoob	Conta garantida		50.114	-
Sicoob 1165009	Financiamento	12,57% a.a.	117.542	-
Sicoob 1186768	Financiamento	13,23% a.a.	18.091	-
TOTAL			15.603.026	13.097.179

Parcela do circulante	9.182.749	9.468.685
Parcela do não circulante	6.420.277	3.628.494

17. PROVISÃO PARA AÇÕES JUDICIAIS

A Operadora, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

	2022	2021
Trabalhistas e previdenciárias	390.874	128.811
Tributárias	-	-
Cíveis	1.603.376	534.996
Total	1.994.250	663.807
Passivo circulante	223.500	44.349
Passivo não circulante	1.770.750	619.458

A Operadora é parte em outras ações cujo risco de perda é classificado como possível, de acordo com a avaliação de seus assessores externos e Administração, para as quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

	2022	2021
Trabalhistas e previdenciárias	2.018.654	52.847
Cíveis	7.325.549	2.330.617
Total	9.344.203	2.383.464

A Administração da Operadora entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras, ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital social - O capital social subscrito e integralizado corresponde:

	% Participação	QUOTAS 2022	R\$ 2021
José Luiz Ranieri	81%	29.789.570	12.955.002
Sueli Aparecida A. Ranieri	19%	7.119.750	3.069.750
Total	100%	36.909.320	16.024.752

O Capital Social de R\$ 36.909.320 está totalmente subscrito e integralizado, estando representado por 36.909.320 quotas no valor unitário de R\$ 1 cada.

19. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS

As Contraprestações líquidas compõem-se das contraprestações deduzidas da variação da provisão técnica e reconhecidas de forma pró-rata dia atreladas ao reconhecimento do Passivo Circulante, Provisão para Contribuições Não Ganhas, conforme normas da ANS. As contraprestações provenientes das operações de plano privados de assistência à saúde, deverão contemplar parcela da (PPCNG) Provisão para Contribuições Não Ganhas, relativo ao período de cobertura do risco de assistência dos contratos com modalidade de pré-pagamento, sendo revertidas às Contraprestações líquidas mediante cobertura pro-rata dia.

20. EVENTOS INDENIZÁVEIS

Os eventos indenizáveis líquidos, consistem no conhecimento de custos com serviços médicos, de acordo com termos de relações contratuais com nossa rede credenciada, relativos a atendimentos, consultas, exames, e demais procedimentos médicos, com remuneração baseada em tabela de procedimentos vigentes. Os valores são registrados de acordo com os avisos recebidos.

	2022	2021
Sinistralidade		
Contraprestações líquidas	206.320.793	167.121.301
Eventos indenizáveis líquidos	(164.900.837)	(114.420.805)
Sinistralidade	79,92%	68,47%

Informações sobre Corresponsabilidade Cedida e Corresponsabilidade Assumida em 2022 e 2021

EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MÉDICO HOSPITALAR (grupo 411)	Carteira Própria (beneficiários da operadora)		Corresponsabilidade Assumida (beneficiários de outras operadoras)	
	2022	2021	2022	2021
1 - Cobertura Assistencial com Preço Prestabelecido				
1.1 - Planos Individuais/Familiares antes da Lei	278.254	271.455		
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	54.681.024	42.893.834	-	359.843
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei				
1.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	29.627.894	16.485.537		
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	80.313.665	54.410.136		
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido				
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei				
2.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei				
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei				
Total	164.900.837	114.060.962		359.843

21. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Despesas com pessoal próprio	(10.491.119)	(16.640.571)
Despesas com serviços de terceiros	(1.729.034)	(2.555.401)
Despesas com localização e funcionamento	(4.683.826)	(4.090.080)
Despesas com publicidade e propaganda	(1.491.060)	(1.461.627)
Despesas com tributos e taxas	(462.373)	(231.650)
Despesas administrativas diversas	(4.240.699)	(3.420.264)
Despesas com multas	(125.046)	(324.373)
Despesa com depreciação/amortização	(3.595.491)	(1.642.331)
Total	(26.818.648)	(30.366.296)

22. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Operadora, totalizam no período de 2022, o valor de R\$ 54.749 (R\$ 12.540 em 2021).

23. RESULTADO FINANCEIROS LÍQUIDOS

	2022	2021
Receitas financeiras	5.207.192	2.849.594
Despesas financeiras	(6.606.796)	(3.308.134)
Total	(1.399.604)	(458.541)

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

a) Composição da despesa de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro – corrente

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurada, está apresentada a seguir:

	2022	2021
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(15.563.790)	(1.209.205)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Adições	-	-
(-) Exclusões	-	-
(-) Compensação do prejuízo fiscal		
Base de cálculo	(15.563.790)	(1.209.205)
Imposto de renda	-	(451.545)
Contribuição social apurada	-	(166.876)
Total de IRPJ e CSLL	-	(618.421)

b) Composição da despesa de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro – diferido – Créditos tributários e diferidos

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social diferida está apresentada a seguir:

	2022	2021
Demonstrativo resumido - apuração das diferenças temporárias		
Adições temporárias		
Provisão para contingências trabalhistas		
Provisão para contingências cíveis		
Provisão para contingências tributárias		
Provisão para perda sobre contraprestações		
(=) Total adições temporárias		
Exclusões temporárias		
Reversão da provisão para contingências cível	-	-
Reversão da provisão para contingências trabalhistas	-	-
Reversão da provisão para perda sobre contraprestações	-	-
(=) Total exclusões temporárias	-	-
(=) Base de apuração (diferenças temporárias)		
(=) Total IRPJ e CSLL 34% diferidos sobre difer. temp.		
Prejuízo fiscal e base negativa	(15.563.790)	(1.209.205)
(=) Total IRPJ e CSLL 34% diferidos sobre prej. fiscais	-	618.421
(=) Total IRPJ e CSLL diferido - exercício	<u>-</u>	<u>618.421</u>

Movimentação dos créditos tributários diferidos – Ativo:

	2022	2021
Saldo Inicial	1.136.024	1.136.024
(+) Adições no período	5.791.667	-
(-) Realização do período	(1.136.024)	-
Saldo final	<u>5.791.667</u>	<u>1.136.024</u>

25. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas

A Operadora contrata operações envolvendo instrumentos financeiros e todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

São contratadas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

A gestão desses instrumentos financeiros, é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles, sendo monitorada pela Administração da Operadora.

b) Aplicações financeiras

De acordo com a Política de Aplicações Financeiras estabelecida, a Administração da Operadora elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

c) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos quando incorridos, são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Em 31 de dezembro de 2022, a Operadora não possuía nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

d) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

A atividade da operadora expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Operadora concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Operadora contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

d.1) Risco de mercado

A Operadora está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Operadora decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Operadora tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas.

d.2) Risco de crédito

O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para perdas sobre créditos”, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7.

d.3) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Operadora, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Operadora, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Gestão de capital

Os objetivos da Operadora ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Operadora, para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos.

e) Valores de mercado

Os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos quando incorridas, são atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado.

26. SEGUROS

A Operadora adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Operadora tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado, coberturas compatíveis com o seu porte e operações.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações entre partes relacionadas possuem prazos, preços e demais condições semelhantes àquelas realizadas com terceiros.

	2022	2022	2021	2021
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Partes relacionadas				
Previna diagnósticos médicos	-	-	2.835.747	-
Total	-	-	2.835.747	-

28. INCORPORAÇÃO

Os sócios aprovaram a incorporação da sociedade HOSPITAL PREVINA LTDA , sociedade empresaria limitada, com sede na Avenida Raimundo Pereira de Magalhaes, nº 12 367, Parada de Taipas São Paulo, SP, CEP 02938 000, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP com NIRE 35220119006 e com sua inscrição no CNPJ/MF sob o nº 03.033.866/0001-97 (Incorporada) pela Sociedade, ficando ratificados para os fins da presente incorporação, os termos e condições do Protocolo e Justificação da Operação de Incorporação do HOSPITAL PREVINA LTDA pela PLENA SAÚDE LTDA " ("Protocolo e Justificação"), elaborado pelo administrador das sociedade em 1º de setembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Ato constitutivo da incorporação se fez pela 26ª Alteração de Contrato Social devidamente registrado na Jucesp sob nº 658.283/22-4 em 16/11/2022.

Foi nomeado a empresa de Avaliação AVALOR ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES LTDA. , sediada na Av. Vereador Diniz, 3720, 1º andar, 19, bairro Campo Belo CEP 04604 007, inscrita no CREA1697050 e CNPJ/ME sob o nº 13 016 939/0001 96 para proceder a avaliação ao valor contábil do patrimônio líquido da Incorporada, e elaboração do competente laudo de avaliação tendo em vista que a empresa especializada AVALOR ENGENHARIA DE AVALIAÇÕES LTDA. fora indicada anteriormente para realizar referida avaliação do Laudo de Avaliação encontrava se pronto e a disposição para exame dos

sócios que aprovaram, sem ressalvas, o Laudo de Avaliação que, na data base de 31 de agosto de 2022 avaliou pelo critério do valor contábil o patrimônio líquido da Incorporada em R\$ 45.226.154,00 (quarenta e cinco milhões, duzentos e vinte e seis mil, cento e cinquenta e quatro reais).

Não houve relação de troca e nem aumento de Capital Social da sociedade, uma vez que a sociedade já é detentora de 100% (cem por cento) das quotas do Capital Social da incorporada, sendo que seu patrimônio líquido já é refletido no patrimônio da Sociedade pela aplicação do método de equivalência patrimonial.

O laudo de avaliação contendo o balancete Incorporada foi contabilizado na íntegra e de acordo com os saldos individuais de cada conta analítica a fim de não comprometer os lançamentos posteriores a incorporação nas demonstrações contábeis da incorporadora.

Em conformidade com a Lei nº. 6404 de 15 de dezembro de 1976, que dispõe no artigo nº. 223 sobre incorporação, que faz parte de processo de reorganização societária das sociedades envolvidas, o qual resultará em uma maior simplificação e independência operacional e propiciará melhores condições para traçar os seus objetivos, de modo a atender, portanto, aos seus respectivos interesses patrimoniais., visando a maior eficiência financeira e administrativa como resultado dessa reorganização.

29. TAP - TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS

De acordo com Resolução Normativa nº 528/2022, as operadoras de planos de assistência à saúde com mais de 100.000 (cem mil) beneficiários na data-base do encerramento do exercício social, deverão elaborar por ocasião dos trabalhos de auditoria independente, o TAP utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas para estimar o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de planos de saúde na modalidade de pré-pagamento, não sendo obrigatório o reconhecimento de eventuais deficiências apuradas nos resultados.

Nos termos da RN/ANS nº 528/2022, foram utilizadas premissas técnicas realistas de sinistralidade média, cancelamentos, reajustes por faixa etária e Probabilidade de Sobrevivência (tábua BR-EMS vigente), especificadas em estudo técnico atuarial, que melhor refletissem a experiência atual observada para cada segregação. Para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA. Os testes foram realizados por segmentação considerando os tipos de contratação individual/familiar, coletivo empresarial e coletivo por adesão. Na projeção para os Planos Individuais foi feito para o período de 8 anos e nos Planos Coletivos, foi feito a projeção de 12 meses a partir do início de vigência do contrato, não foi considerado renovação de contrato. O resultado do teste de adequação do Passivo Total não apresentou insuficiência.

30. CAPITAL BASEADO EM RISCOS

De acordo com a Resolução Normativa ANS nº 569 de 19 de dezembro de 2022, que dispõe sobre os critérios para definição do capital regulatório das operadoras de planos de assistência à saúde, foi calculado pela equipe atuarial CTS – Consultoria Técnica Atuarial e Serviços, com os seguintes parâmetros:

- Capital baseado em risco de subscrição = Estimativa de valores de cálculo, simulação de risco de subscrição com valores aproximados, pois não tivemos acesso a informação da soma dos valores identificados (ABI) e ainda sem emissão de GRU, irem importante para o cálculo do CRS-SUS, que compõe o cálculo deste risco.
- Capital baseado em risco de crédito = Estimativa do cálculo conforme RN 569/22
- Capital de risco operacional = Estimativa do cálculo conforme RN 569/22
- Capital de risco operacional/legal = Estimativa do cálculo conforme RN 569/22
- Capital de risco de Mercado = Estimativa do cálculo conforme RN 569/22
- Capital baseado em risco (de subscrição, de crédito, operacional/Legal e Risco de mercado = Conforme RN 569/22



Capital baseado em risco (CBR)	2022	2021
Risco de Crédito (CRC)	1.902.540	1.923.141
Risco de Subscrição (CRS)	15.423.052	10.549.873
Risco Operacional (CRO)	5.927.571	-
Risco de Mercado (CRM)	4.132.135	-
Capital Baseado em Riscos (CBR)	23.919.334	11.631.302
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	30.436.971	28.668.156
Suficiência do Capital baseado em risco (CBR)	6.517.637	17.036.854

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

As demonstrações foram autorizadas para emissão da Diretoria em 29 de março de 2023, a operadora teve êxito em negociação com Receita Federal do Brasil, realizando acordo com transação especial com o contribuinte; nesta consolidação dos tributos parcelados haverá redução de multas e juros e consignará no Passivo circulante na conta de tributos

saldo com valor próximo de R\$ 1,2 e Passivo Não Circulante de R\$ 11,8; desta forma o índice de liquidez corrente será demonstrado com melhora significativa na ordem de 0,90; e no curso do primeiro semestre planejamos atingir índice acima de 1,00 (um).